

Prefeitura de Mossoró

Concurso Público

Dezembro de 2013



Assistente Social - SMDSJ

Instruções

- 1 Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado para isso.
- 2 Este Caderno contém 40 questões de múltipla escolha, dispostas da seguinte maneira: **01 a 10** ▶ Língua Portuguesa; **11 a 40** ▶ Conhecimentos Específicos.
- 3 Se o Caderno estiver incompleto ou contiver imperfeição gráfica que impeça a leitura, solicite imediatamente ao Fiscal que o substitua.
- 4 Cada questão apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
- 5 Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não adianta pedir esclarecimentos aos Fiscais.
- 6 Para preencher a Folha de Respostas, fazer rascunhos, etc., use exclusivamente caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta.
- 7 Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
- 8 Os rascunhos e as marcações que você fizer neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
- 9 Você dispõe de, no máximo, três horas para responder às questões e preencher a Folha de Respostas.
- 10 O preenchimento da Folha de Respostas é de sua inteira responsabilidade.
- 11 Antes de retirar-se definitivamente da sala, devolva ao Fiscal a Folha de Respostas e este Caderno.

Assinatura do Candidato: _____

CIDADANIA MODERNA

Por Adriana Marigo

3 A escola do século XXI se mantém como importante instituição voltada à criação e à
veiculação de conhecimentos socialmente relevantes. Trata-se de local de encontro entre
pessoas e grupos diversos, priorizado pelas políticas públicas que crescentemente têm
configurado a escolarização entre os direitos humanos universais. Portanto, ao assumir
compromisso social e político, a escola deve responder aos desafios do contexto no qual está
6 inserida.

9 Se as escolas foram originalmente organizadas para ampliar a formação e a instrução
necessárias à vida moderna, torna-se premente buscar a sua reorganização, à medida que são
alteradas as concepções, os valores e as relações sociais. Nesse entendimento, entre os
princípios que orientam as escolas que se transformam em Comunidades de Aprendizagem,
destacam-se o de criação de sentido e o de dimensão instrumental.

12 Pelo princípio de criação de sentido, afirmam-se, nas Comunidades de Aprendizagem, os
ideais modernos de democracia, justiça e liberdade, com apoio na diversidade cultural e nos
recursos de seu entorno. Para tanto, ao corpo docente e administrativo dessas escolas,
15 articulam-se famílias e comunidades envolventes, para, coletivamente, estabelecerem
prioridades, planejarem ações e, a despeito da complexidade da vida social, comprometerem-se
com a realização do propósito educativo comum para crianças, jovens e pessoas adultas ali
18 presentes. Colocando-se em diálogo para compartilhar e validar ideias, todos criam sentido em
torno das ações escolares, dos conteúdos veiculados e das relações sociais educativas.

21 Com o advento das prioridades e dos valores modernos, a humanidade passou a
desenvolver instrumentos e signos cada vez mais complexos, demandando a ampliação do
acesso à leitura, à escrita e aos códigos de diferentes áreas, como condição para exercício de
cidadania e de atuação nos setores produtivos. Nessa consideração pelo princípio da dimensão
24 instrumental atribuída à escolarização, torna-se fundamental criar caminhos para alcançar
máxima aprendizagem para todas as pessoas, independentemente da desigualdade de
condições que possa decorrer de classe social, raça, etnia, gênero, idade e deficiências físicas.

27 Enfim, nas Comunidades de Aprendizagem, seus participantes se comunicam e se
comprometem com ações que viabilizem a aprendizagem escolar para todas as pessoas. Para
além dos conteúdos de leitura e escrita e de noções científicas, toda a comunidade educativa se
30 movimenta para que todas as crianças, os jovens e os adultos, ali presentes, também tenham
consistente domínio de informática, de inglês e de outros instrumentos socialmente relevantes,
nesse século XXI. Desse modo, possibilita-se acesso aos conhecimentos rapidamente
33 veiculados e requeridos ao exercício pleno da cidadania moderna.

CARTA NA ESCOLA. São Paulo: Confiança, n 79, set 2013. p. 37. [Adaptado]

01. O propósito comunicativo do texto é

- A)** defender o posicionamento de que a escola deve responder aos desafios do contexto no qual se insere, assumindo compromisso social e político.
- B)** narrar os acontecimentos que envolvem os participantes das comunidades de aprendizagem que transitam nas escolas.
- C)** explicar o funcionamento das escolas e das comunidades de aprendizagem no século XXI.
- D)** descrever as comunidades de aprendizagem que foram criadas nas escolas para fomentar o uso de novas tecnologias pelos docentes.

- 02.** Considerando-se a relação entre título e texto, é correto afirmar que
- A)** há inconsistência entre eles, pois o texto não desenvolve discussão proposta pelo título.
 - B)** há coerência entre eles, pois o título antecipa a discussão feita no texto.
 - C)** existe intenção explícita de despistar o leitor sobre a temática do texto.
 - D)** existe incoerência entre o que o título anuncia e o ponto de vista apresentado no texto.

- 03.** Leia as afirmações a seguir sobre aspectos da organização do texto.

I	Predomina, no texto, a impessoalidade marcada pela presença da partícula “se”.
II	O último parágrafo do texto tem função resumidora em relação ao todo do texto.
III	Predomina, no texto, um tom coloquial que assegura a interação com o leitor.
IV	O padrão informal é preponderante e marcado por expressões da oralidade.

Das afirmações, estão corretas

- A)** III e IV.
 - B)** I e III.
 - C)** I e II.
 - D)** II e IV.
- 04.** De acordo com o texto, as escolas
- A)** devem responder aos imperativos da comunidade docente.
 - B)** devem se constituir em comunidades familiares.
 - C)** podem manter a mesma organização em diferentes contextos.
 - D)** podem se transformar em comunidades de aprendizagem.

O período a seguir servirá de base para as questões 05 e 06.

“A escola do século XXI se mantém como importante instituição voltada à criação e à veiculação de conhecimentos socialmente relevantes”.

- 05.** Nesse período, há
- A)** um paralelismo sintático no trecho “conhecimentos socialmente relevantes”.
 - B)** uma informação implícita sob a forma de subentendido em “se mantém”.
 - C)** uma informação implícita sob a forma de pressuposto em “se mantém”.
 - D)** um paralelismo semântico no trecho “A escola do século XXI se mantém.”
- 06.** Considerando o português escrito padrão, se esse período fosse reescrito no plural, a sua nova versão seria:
- A)** As escolas do século XXI se mantêm como importantes instituições voltadas à criações e à veiculações de conhecimentos socialmente relevantes.
 - B)** As escolas do século XXI se mantêm como importantes instituições voltadas as criações e as veiculações de conhecimentos socialmente relevantes.
 - C)** As escolas do século XXI se mantem como importantes instituições voltadas às criações e às veiculações de conhecimentos socialmente relevantes.
 - D)** As escolas do século XXI se mantêm como importantes instituições voltadas a criações e a veiculações de conhecimentos socialmente relevantes.

07. Na frase “[...] torna-se **premente** buscar a sua reorganização [...]”, a palavra em destaque é

- A) um adjetivo e pode ser substituído, sem alteração de sentido, por inadiável.
- B) um adjetivo e pode ser substituído, sem alteração de sentido, por eminente.
- C) um advérbio e pode ser substituído, sem alteração de sentido, por iminente.
- D) um advérbio e pode ser substituído, sem alteração de sentido, por imprescindível.

08. A locução preposicional “**a despeito de**” (linha 16) estabelece relação

- A) de adição.
- B) de finalidade.
- C) de consequência.
- D) de concessão.

09. Na frase “Portanto, ao assumir compromisso social e político, a escola deve responder aos desafios do contexto **no qual** está inserida”, o termo em destaque está substituindo

- A) “escola” e tem função de sujeito.
- B) “contexto” e tem função de adjunto adverbial.
- C) “compromisso” e tem função de sujeito.
- D) “social e político” e tem função de objeto.

10. Leia o período a seguir.

“Nesse entendimento, entre os princípios que orientam as escolas que se transformam em Comunidades de Aprendizagem, destacam-se o de criação de sentido e o de dimensão instrumental”.

Considerando as relações sintático-semânticas do português escrito padrão,

- A) é obrigatório o uso de uma vírgula depois de “escolas”, com alteração do sentido da frase.
- B) é possível o uso de uma vírgula depois de “escolas”, sem alteração do sentido da frase.
- C) é possível o uso de uma vírgula depois de “escolas”, com alteração do sentido da frase.
- D) é obrigatório o uso de uma vírgula depois de “escolas”, sem alteração do sentido da frase.

11. Na fase atual do desenvolvimento capitalista predominam a financeirização, o capital especulativo, as políticas governamentais que os favorecem, assim como o grande capital produtivo. Vive-se uma nova dinâmica do capital, na qual o trabalhador continua criando riqueza para outros e experimentando processos de exploração e expropriação velhos e novos. Nesse contexto, analise as seguintes afirmações:

I	Os desempregados são inadaptados porque não apresentam as qualificações necessárias aos novos postos de trabalho.
II	A questão social é mais que uma expressão da pobreza, miséria e exclusão. Envolve a banalização do humano, sua subversão, materializada na naturalização das necessidades sociais.
III	Há uma submissão das necessidades humanas ao poder do capital.
IV	O desemprego aparece como uma das expressões mais dramáticas da questão social.

Numa perspectiva crítica, pensar o redimensionamento da “questão social” hoje exige considerar corretas as afirmações

- A) I, II e IV. B) II, III e IV. C) I, III e IV. D) I, II e III.**

12. Quanto à diferença na produção e reprodução da pobreza nas sociedades pré-capitalistas e capitalistas, é correto afirmar que

- A)** na sociedade pré-capitalista, a pobreza é resultado de um desenvolvimento precário; na sociedade capitalista ela é fruto de um desenvolvimento complexo e com alto consumo.
B) nas sociedades pré-capitalistas, a pobreza é uma expressão da questão social; na sociedade capitalista ela é resultado da insuficiente distribuição de bens e serviços e da ausência de políticas públicas.
C) nas sociedades pré-capitalistas, a pobreza é resultado do desenvolvimento insuficiente das forças produtivas e da produção de bens de consumo; na sociedade capitalista, ela é fruto de um desenvolvimento precário.
D) nas sociedades pré-capitalistas, a pobreza é resultado do desenvolvimento insuficiente da produção de bens de consumo; na sociedade capitalista, ela é produto da acumulação privada de capital.

13. São iniciativas destinadas a promover o enfrentamento da pobreza no Brasil:

- A)** A Política de Assistência Social, o Sistema Único de Assistência Social e o Programa de Aceleração do Crescimento.
B) O Programa Bolsa Família, o Programa de Aceleração do Crescimento e o Plano Brasil sem Miséria.
C) O Programa Bolsa Família; o Sistema Único de Assistência Social e o Plano Brasil sem Miséria.
D) O Sistema Único de Assistência Social, o Plano Brasil sem Miséria e Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido.

14. O trabalho interdisciplinar nas Unidades de Assistência Social, é fundamental

- A)** para a garantia da proteção social integral em suas modalidades de Básica e Especial.
B) na Proteção Social Especial de Média Complexidade, tendo em vista as demandas que lhe são pertinentes.
C) desde que se reconheça que a presença do profissional de Serviço Social direcionará o trabalho social.
D) já que a proteção integral exige que as especificidades profissionais se diluam para priorizar as demandas sociais.

15. A noção e materialização dos Direitos Sociais são resultados da construção social e histórica da humanidade. Isso significa afirmar que:
- A) Os direitos sociais concentram a realização dos direitos humanos e, portanto, são capazes de eliminar as desigualdades sociais.
 - B) Os direitos sociais são inerentes à condição humana e surgem como uma necessidade de evolução na sociedade.
 - C) Os direitos sociais emergem para efetivar a emancipação humana, tendo em vista que os direitos políticos e civis não têm essa finalidade.
 - D) Os direitos sociais estão relacionados à emergência da sociedade burguesa e, portanto, das desigualdades sociais.
16. A articulação em Rede de que trata a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais prevista pela Resolução CNAS N. 109/2009, significa:
- A) A necessária articulação entre os programas e projetos das áreas sociais, especialmente saúde e educação, tendo em vista o caráter complementar da política da assistência social e sua função primordial de garantir o acesso às demais políticas sociais.
 - B) A complementariedade da atenção hierarquizada em serviços de vigilância social, defesa de direitos e proteção básica e especial de assistência social e dos serviços de outras políticas públicas e de organizações privadas, com outros serviços, programas, projetos e organizações dos Poderes Executivo e Judiciário e organizações não governamentais.
 - C) O estabelecimento de procedimentos de referência e contra referência a serem implantados pelo serviço social quando do atendimento nos Programas de Proteção Social Básica e Especial de Média e Alta Complexidades, caracterizando-se como uma das especificidades do exercício profissional.
 - D) O investimento, tanto na intervenção como na capacitação do trabalho multiprofissional e intersetorial das diversas políticas sociais do setor público, na perspectiva de garantir a proteção social básica e especial como direito do cidadão e dever do Estado.
17. Numa perspectiva liberal ou “*liberal revisitada*”, como afirma Maria Lucia Werneck Vianna (2008) e conforme se apreende das análises feitas por Ivanete Boschetti, Ana Elizabete Mota e outros autores, estudiosos da política social no âmbito do Serviço Social na atualidade, uma das características dessa política hoje é a existência de
- A) sistemas privados e combate a pobreza.
 - B) sistemas universais e capacitação dos indivíduos.
 - C) sistemas públicos e sistemas privados.
 - D) sistemas universais básicos e formas individualizadas de proteção privada.
18. No texto da LOAS, alterado pela Lei 12.435, de 06 de julho de 2011, em seu artigo 2º, parágrafo único consta: “*Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais*”. A crítica ao SUAS e à Política de Assistência Social no debate profissional tem destacado que a inclusão desse parágrafo único no texto da LOAS significa que
- A) o combate à pobreza não deve ser confundido com a política do Sistema Único de Assistência Social.
 - B) a ênfase no combate à pobreza representa uma defesa de direitos sociais universais e a afirmação do caráter contraditório da política social.
 - C) o combate à pobreza deixa de ser um dos objetivos da política de assistência social para ser o principal motivo de existência dessa política.
 - D) a ênfase no combate à pobreza sintoniza a política de assistência social com os objetivos da universalidade.

19. São caminhos do desmonte da seguridade social no Brasil em tempos de Estado Neoliberal:
- A) A Desvinculação de Receitas da União, a baixa participação do orçamento fiscal no financiamento da seguridade social e o mecanismo da isenção fiscal.
 - B) O mecanismo da isenção fiscal, a focalização aliada à assistencialização nas políticas de seguridade social e a Reforma Tributária.
 - C) A Reforma Tributária, a desvinculação dos benefícios previdenciários do salário mínimo e a extinção do Conselho Nacional de Seguridade Social.
 - D) A extinção do Conselho Nacional de Seguridade Social, o mecanismo da isenção fiscal e a focalização aliada à assistencialização nas políticas de seguridade social.
20. A Lei 12.852/13 institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Para os efeitos dessa Lei, são considerados jovens:
- A) Pessoas com idade entre 15 e 21 anos e, em caráter excepcional, aquelas pessoas até os 18 anos de idade, desde que não conflitem com as normas de proteção integral previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.
 - B) Pessoas com idade entre 15 e 29 anos e, em caráter excepcional, aquelas de idade compreendida entre 15 e 18 anos, desde que não conflitem com as normas de proteção integral previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.
 - C) Pessoas com idade entre 18 e 29 anos posto que aquelas com idade entre 15 e 18 anos encontram-se sob a proteção integral do estatuto da Criança e do Adolescente.
 - D) Pessoas com idade entre 12 e 21 anos e, em caráter excepcional, aquelas de idade compreendida entre 12 e 18 anos, desde que não conflitem com as normas de proteção integral previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.
21. Considere as seguintes competências em relação à implantação do Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE (Lei Nº 12.852/13):

I	Formular, coordenar a execução da Política Nacional de Juventude e coordenar e manter o SINAJUVE.
II	Criar, desenvolver e manter programas, ações e projetos para a execução das políticas públicas de juventude.
III	Cofinanciar, com os demais entes federados, a execução de programas, ações e projetos das políticas públicas de juventude.
IV	Convocar e realizar, em conjunto com o Conselho Municipal de Juventude, as Conferências Municipais de Juventude, com intervalo máximo de 4 (quatro) anos

São consideradas competências do Município os itens:

- A) Apenas I e IV.
 - B) I, II e IV.
 - C) II, III e IV.
 - D) Apenas II e III.
22. No que diz respeito ao direito de profissionalização, trabalho e renda, o Estatuto da Juventude prevê as seguintes medidas por parte do poder público:

I	Atuação estatal preventiva e repressiva quanto à exploração e precarização do trabalho juvenil.
II	Estabelecimento de salário mínimo regional para jovens estudantes e trabalhadores.
III	Adoção de políticas públicas voltadas para a promoção do estágio, aprendizagem e trabalho para a juventude.
IV	Criação de linha de crédito especial destinada aos jovens empreendedores.

Dentre essas medidas, são consideradas competências do Município os itens:

- A) Apenas II e III.
- B) I, II e III.
- C) Apenas III e IV.
- D) I, III e IV.

23. As ações programáticas previstas no Plano Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH 3), que visam garantir proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte, estão relacionadas à diretriz
- A) Modernização da política de execução penal, priorizando a aplicação de penas e medidas alternativas à ameaça de liberdade e melhoria do sistema penitenciário.
 - B) Garantia dos direitos das vítimas de crimes e proteção das pessoas ameaçadas.
 - C) Promoção de um sistema de justiça mais acessível, ágil e efetivo, para o conhecimento, a garantia e a defesa dos direitos.
 - D) Democratização e modernização do sistema de segurança pública em defesa dos direitos ameaçados.
24. Pesquisas populacionais e relacionadas ao déficit educacional no país apontam que o desemprego estrutural entre adultos de hoje tem origem nos anos 1980, entre jovens que, naquele período, não tiveram oportunidades de estudo e boas inserções no mercado de trabalho. Atualmente, os indicadores estimam em 5,3 milhões o número de jovens que não estudam nem trabalham. Os Programas atuais do governo federal voltados ao enfrentamento desta situação são:
- A) O Programa de Expansão dos Institutos Federais e a Lei dos Trabalhadores Domésticos.
 - B) O Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e a Lei do Aprendiz.
 - C) O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC) e a Lei do Aprendiz.
 - D) O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC) e o Programa Universidade Para Todos (PROUNI).
25. Uma das características da juventude é a sua ousadia, sua forte presença nas lutas por sonhos e causas variadas. Entretanto, como sujeito de direitos, a juventude só emerge na cena pública nos anos de 1980, até porque é nesse período também que ela emerge com mais visibilidade como parte constitutiva da questão social, em nível nacional e internacional, em decorrência dos processos de globalização, flexibilização das relações de trabalho etc. No Brasil, as demandas da juventude só entram na agenda pública em 2005, com a criação da Secretaria Nacional de Juventude, aliada à realização das conferências nacionais de políticas públicas para a juventude. Na II Conferência, os direitos da juventude foram organizados em cinco eixos, que contemplam os direitos
- A) ao desenvolvimento integral; a território; à experimentação e qualidade de vida; à diversidade e vida segura; e à participação.
 - B) à vida e à saúde; à liberdade, respeito e à dignidade; à convivência familiar e comunitária; à experimentação e qualidade de vida e à cultura e lazer.
 - C) ao transporte, ao desenvolvimento integral e à cidadania; à assistência social, à território; à educação e à cultura e experimentação
 - D) qualidade de vida; à família e convivência comunitária; à diversidade e vida segura; à participação política e a território.

26. Considere os princípios a seguir:

I	Promoção da autonomia e emancipação.
II	Intersetorialidade das políticas estruturantes.
III	Promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação.
IV	Promoção do território como espaço de integração.
V	Valorização do diálogo e convívio com as demais gerações.

São princípios constantes no Estatuto da Juventude:

- A) II; IV; V.
- B) II; III; IV.
- C) I; III; IV.
- D) I; III; V.

- 27.** O município compõe a estrutura federativa do Estado Democrático de Direito e possui autonomia política, legislativa e executiva. De acordo com as recomendações da Secretaria Nacional de Juventude, os municípios que incluem a juventude na agenda das políticas públicas locais devem procurar conhecer
- A)** as especificidades e variáveis do território e a diversidade social e de organização da juventude.
 - B)** as políticas públicas disponibilizadas pelo governo federal para os municípios e as especificidades e variáveis do território.
 - C)** as deliberações das conferências nacionais de políticas públicas para juventude e a diversidade social da juventude.
 - D)** a diversidade social e de organização da juventude e as ações existentes, no âmbito estadual e local, voltadas para juventude.
- 28.** Os principais programas do governo federal voltados para a juventude e executados pela Secretaria Nacional de Juventude são:
- A)** Plano Juventude Viva; Programa Estação Juventude; Participatório – Observatório Participativo da Juventude; Programa de Inclusão Produtiva, Formação Cidadã e Capacitação para Geração de Renda da Juventude Rural.
 - B)** Plano Direito à educação e ao trabalho; Programa pertencimento e circulação; Programa de Inclusão Produtiva e Formação Cidadã e Programa Geração de Renda da Juventude Rural.
 - C)** Programa de inclusão produtiva e economia solidária; Programa de Inclusão Produtiva e Formação Cidadã; Programa Geração de Renda da Juventude Rural e Plano Juventude Viva.
 - D)** Programa Estação Juventude; Participatório – Observatório Participativo da Juventude; Plano contra o extermínio da juventude e Programa saúde, esporte, lazer e tempo livre.
- 29.** O Estatuto da Juventude (Lei nº. 12.852, de 05 de agosto de 2013), em seu capítulo II, trata dos direitos dos jovens, entre eles, o direito à educação. No que se refere ao direito à educação superior, o Estatuto assegura:
- A)** a inclusão digital, por meio do acesso às novas tecnologias da informação e comunicação e aos programas educativos e culturais voltados para a problemática do jovem e para a valorização da sua capacidade criativa.
 - B)** o direito ao programa suplementar de transporte escolar, que será progressivamente estendido ao jovem estudante do ensino fundamental e do ensino médio, no campo e na cidade.
 - C)** o acesso às instituições públicas dos jovens negros, indígenas e alunos oriundos da escola pública por meio de políticas afirmativas, a expansão da oferta de vagas em instituições públicas e o financiamento estudantil e de bolsas de estudo.
 - D)** o direito à cultura como parte do direito a educação, incluindo a livre criação, o acesso aos bens e serviços culturais e à participação nas decisões de política cultural, à identidade e diversidade cultural e à memória social.
- 30.** No Brasil, o modo como o Estado se relaciona com a juventude pobre (o que inclui também crianças e adolescentes) é marcado pela aplicação de medidas corretivas e disciplinadoras. Nessa linha, a defesa do ensino profissionalizante para formar mão de obra especializada e a articulação de estratégias como internação, ensino e correção são próprias das recomendações
- A)** do Estatuto Infante-Juvenil.
 - B)** do Código Mello Mattos.
 - C)** do Código Penal Brasileiro.
 - D)** do Programa Liberdade Assistida.

- 35.** No Serviço Social brasileiro, a pesquisa desenvolveu-se especialmente a partir da década de 1970, com a aproximação à Teoria Social Crítica e a ruptura com o conservadorismo da profissão. Com relação à postura investigativa fundamentada na Teoria Social Crítica, é correto afirmar:
- A)** É uma necessidade específica para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas que subsidiarão o exercício profissional dos/as assistentes sociais com o conhecimento científico sobre a realidade social.
 - B)** É uma especificidade da intervenção profissional tendo em vista que o contato cotidiano com as demandas sociais é a única capaz de oferecer subsídios ao estudo sobre a realidade social.
 - C)** É constituinte ao processo de conhecimento da realidade e se materializa tanto por meio de pesquisas, quanto pela constante sistematização e estudo dos dados no contato cotidiano com as demandas sociais.
 - D)** É uma competência que está relacionada à identificação de cada profissional a partir das necessidades surgidas no decorrer do exercício profissional, para a realização de pesquisas sobre as demandas sociais.
- 36.** Em Serviço Social, instrumentalidade diz respeito
- A)** apenas aos instrumentos de trabalho do/a assistente social, entre eles: relatório social, parecer e laudos técnicos, registro em prontuário e encaminhamentos.
 - B)** aos instrumentos e às técnicas que definem e especificam o trabalho do/a assistente social, como: entrevista, trabalho com grupo e visita domiciliar, entre outros.
 - C)** ao conjunto de estratégias relativas quanto ao uso dos instrumentos privativos para o exercício profissional, tendo em vista a autonomia garantida pela Lei de Regulamentação Profissional.
 - D)** ao conjunto de mediações teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas para o exercício profissional, relacionadas à direção social da profissão.
- 37.** O Código de Ética do Assistente Social (Resolução CFESS N. 273/93), no capítulo que trata das relações do/a Assistente Social com a Justiça, estabelece que constituem deveres desse profissional:
- A)** Apresentar-se à justiça, quando convocado/a na qualidade de perito ou testemunha, sem extrapolar o âmbito da competência profissional e sem violar os princípios éticos do Código de Ética Profissional.
 - B)** Depor como testemunha sobre situação sigilosa de que tenha conhecimento no exercício profissional, desde que autorizado/a pela vítima ou acusado
 - C)** Aceitar nomeação como perito/a e/ou atuar em perícia fora do âmbito de sua competência profissional, desde que não infrinja os dispositivos legais relacionados a impedimentos ou suspeição.
 - D)** Não comparecer perante a autoridade competente, quando intimado a prestar depoimento, em razão do disposto legal que o obriga a guardar sigilo profissional.
- 38.** Em sua obra intitulada Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche – capital financeiro, trabalho e questão social, Marilda Iamamoto (2008) discute o trabalho do/a assistente social a partir do conhecimento acumulado na tradição marxista. Nesse sentido, a autora defende que
- A)** a opção por um projeto societário transformador é o elemento mais importante para garantir a autonomia do trabalho, pois, ainda que submetido aos ditames do trabalho assalariado, o/a profissional pode efetivar ações que superem a ordem burguesa.
 - B)** é importante considerar que o trabalho do/a assistente social é determinado pelos interesses do capital e, portanto, ainda que se tenha compromisso com a defesa da cidadania, pouco se pode avançar enquanto profissional.
 - C)** os avanços do exercício profissional autônomo dependem da correlação de forças entre os interesses do capital, corporificados no Estado como maior empregador de assistentes sociais, e os interesses do trabalho, expressos pelas demandas da população usuária dos serviços sociais.
 - D)** é necessário garantir visibilidade à dupla determinação do trabalho do assistente social como útil e abstrato, o que significa considerar as tensões entre o projeto ético-político profissional e o seu estatuto de trabalhador/a assalariado/a.

- 39.** De acordo com as diretrizes curriculares aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS-1996), a lógica curricular deve ancorar-se em seis princípios para garantir a formação profissional em Serviço Social. De acordo com esses princípios, é correto afirmar que
- A)** o rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social refere-se a necessidade de apreensão da dinâmica de produção e reprodução histórica da sociedade capitalista, da profunda compreensão do papel do Estado, das classes e movimentos sociais, das diversas expressões da questão social e dos fundamentos da inserção do Serviço Social enquanto profissão nesse processo.
 - B)** a flexibilização do Currículo Pleno refere-se à flexibilização de conteúdos para atender às especificidades regionais, além de permitir a implementação de modalidades diferenciadas de atividades, bem como democratizar a definição da carga horária mínima e possibilitar a inclusão de disciplinas a distância.
 - C)** a adoção de uma teoria social crítica é uma opção de cada Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social, tendo em vista a perspectiva teórico-metodológica adotada pela diversidade de gestões na educação de nível superior. Essa perspectiva procura respeitar o pluralismo de posições e o caráter democrático do Projeto Ético-político profissional.
 - D)** a compreensão da Ética é fundamental ao Exercício Profissional do Assistente Social, devendo estar discriminada em disciplinas da área específica do Serviço social, a fim de preparar os/as discentes para os desafios cotidianos quanto à aplicabilidade das condutas éticas, como direitos e deveres e respectivas consequências.
- 40.** No debate profissional contemporâneo, as controvérsias entre universalismo e focalização, no âmbito das políticas sociais, não se limitam à escolha que os governantes fazem diante de recursos escassos. Do ponto de vista dos fundamentos, elas expressam também
- A)** modos diferentes de conceber a política social.
 - B)** concepções teóricas distintas.
 - C)** concepções administrativas distintas.
 - D)** modos diferentes de conceber a seguridade social.